

PROJETO DE LEI Nº 04 / 2025.

INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE DATAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE OLINDA O "DIA MUNICIPAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA".

A Câmara Municipal de Olinda Decreta:

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Olinda, o **DIA MUNICIPAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA**, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal com a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Olinda, poderão realizar reuniões, palestras, seminários e atividades específicas alusivas ao evento.

Art. 2º. O **DIA MUNICIPAL DA DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA**, tem por objetivo valorizar e homenagear a advocacia local, ressaltando a importância da proteção das prerrogativas desses profissionais do Direito.

Parágrafo único. Neste dia, também a Câmara, junto com a OAB Subseção de Olinda, poderá realizar sessões especial e homenagear os profissionais que se destacaram durante o ano na defesa de suas prerrogativas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Olinda, em 27 de janeiro de 2025.



SAULO HOLANDA
Presidente

Câmara Municipal de Olinda
Recebido em 27/01/25
Patricia Oliveira
Servidor

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei que ora apresento à consideração dos ilustres Pares tem por escopo instituir o **DIA MUNICIPAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA**, previstas na Lei nº 8.906, de 4 de junho de 1994, a qual dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com tudo, não foi outro o entendimento do Constituinte Originário, já que, nos termos do art. 133 da Constituição Federal, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Nessa linha de raciocínio, devemos ressaltar ainda que, no seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social (art. 2º, § 1º da Lei nº 8.906, de 1994).

Dessa breve abordagem do nosso ordenamento, deflui o papel central e fundamental do advogado na manutenção do Estado Democrático de Direito, bem como na aplicação e na defesa da ordem jurídica, e na proteção dos direitos cidadãos.

O STF, no julgamento do Habeas Corpus nº 98.237/SP, deixou consignado que:

"Não constitui demasia assinalar que as prerrogativas profissionais dos Advogados representam emanações da própria Constituição da República, pois, embora explicitadas no Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94), foram concebidas com o elevado propósito de viabilizar a defesa da integridade dos direitos fundamentais das pessoas em geral, tais como formulados e proclamados em nosso ordenamento constitucional. Compõem, por isso mesmo, considerada a finalidade que lhes dá sentido e razão de ser, o próprio estatuto constitucional das liberdades públicas."

E acrescentou:

"As prerrogativas profissionais não devem ser confundidas nem identificadas com meros privilégios de indole corporativa, pois se destinam, enquanto instrumentos vocacionados a preservar a atuação independente do Advogado, a conferir efetividade às franquias constitucionais invocadas em defesa daqueles cujos interesses lhe são confiados". (Grifamos)



A Lei Federal 13.869, de 5 de setembro de 2019, tratou dos crimes de abuso de autoridade, e, dentre suas disposições, alterou o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, ao determinar que constitui crime violar direito ou prerrogativa de advogado:

Art. 43. A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-B:

Art. 7-B Constitui crime violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II, II, IV V do caput do art. 7º desta Lei:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

As prerrogativas protegidas por esse dispositivo, portanto, são aquelas enumeradas nos Incisos II, III, IV e V do caput 7º da Lei nº 8.906, de 1994.

Assim, a previsão de uma sanção específica para o descumprimento dos direitos garantidos pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, vem reforçar obrigatoriedade de observância das prerrogativas desses profissionais.

Ressalta-se que a proposta não evidencia contrariedade ao interesse público e não gera Impacto financeiro.

Ante o exposto, cantamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido do debate, aprimoramento e aprovação de nosso projeto de lei.

Olinda, em 27 de janeiro de 2025.



SAULO HOLANDA
Presidente